



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: CALVO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 15 DE JUNHO DE 2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro aberto os trabalhos da sétima audiência pública de 2016, com a presença dos Vereadores Aníbal de Freitas, Joselito, Noemi Nonato, Vavá e Patrícia Bezerra.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara de São Paulo, no endereço ww.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no *link* Audiências Públicas – Registro Escrito.

Foram convidados os Srs.: Alexandre Padilha, Secretário Municipal de Saúde, que neste ato seria representado pelo Sr. Euripedes Balsanufó Carvalho, que não pôde vir; Arthur Pinto Filho *Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos – Área da Saúde*.

Informo que as inscrições para pronunciamento devem ser feitas com a secretaria da Comissão.

Passemos aos itens da pauta.

Passo a presidência para a Vereadora Patrícia Bezerra.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Item 1º. PL 873/13, de autoria do Vereador Calvo. “Dispõe sobre a instituição do Estatuto da Maternidade e Prevenção das Hipóteses de Risco Social no âmbito do Município de São Paulo, nas condições que especifica, e dá outras providências”.

Passo a presidência ao Vereador Calvo.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Gostaria de discorrer um pouco sobre esse projeto. Desde o ano passado estamos tentando buscar o apoio de V.Exas. para esse projeto, que foi elaborado para minimizar as consequências da liberalização indiscriminada do aborto, pretendida por muitos e procura e procurado por mulheres em situações de desespero, que

colocam em risco a própria saúde.

Há ainda outro projeto, já aprovado por esta Casa e que poderia ir a Plenário – inclusive, se V.Exas. quisessem, poderíamos dividir a autoria – que versa sobre a obrigatoriedade de autorização, carta de anuência, termo de responsabilidade a ser assinado por quem vai se submeter a um exames que requerem contraste ou invasivos que colocam em risco a vida da pessoa ou por um responsável.

Mesmo em caso de um aborto legalizado, em caso de estupro, realizado dentro de um hospital, também há risco de vida, já que é um método invasivo, porque sangra, porque pode perfurar o útero, porque pode haver contaminação, etc. Portanto, a pessoa deve também ser alertada sobre o risco que corre sua vida;

A mídia divulga que as mulheres que fazem aborto ilegal, clandestino, morrem por serem atendidas por pessoas despreparadas. Isso é verdade. Porém, ninguém alerta que o aborto seria seguro apenas nos três primeiros meses; há mulheres que se submetem ao procedimento no quarto, quinto, sexto mês de gestação. Aí nem é mais abortamento, é prematuridade. Há ainda pessoas que usam métodos muito agressivos. Não há, portanto, campanhas de esclarecimento.

Esse projeto que elaboramos seria um estatuto à maternidade e prevenção das hipóteses de risco social. A maternidade de risco existe, por exemplo, quando a mulher é hipertensa, quando já está em idade avançada, quando tem placenta prévia ou quando apresenta sangramento. Agora, existe também o risco social, que deve ser da sociedade, eliminando as ocorrências da fuga da gestação para um abortamento quando o Estado ampara a gestante.

Seria preciso, no entanto, fazer um substitutivo ou uma emenda, no momento oportuno. Após realizada esta primeira reunião, vamos analisar o projeto.

Recentemente, uma doméstica, uma auxiliar do lar que não queria que a patroa soubesse que ela estava grávida, escondeu sua barriga, teve o bebê no banheiro de um bar e

depois o jogou numa floreira da Avenida Higienópolis.

Em países de primeiro mundo, há um estudo que aponta que a maioria das mulheres que esconde a gestação por algum problema sempre joga a criança em algum lugar onde alguém vá encontrá-la, porque elas não querem que a criança deixe de viver, de existir. Lá há um pacto de anonimato, protegido pela Justiça. A mulher, então, vai até uma maternidade, sem ter que dizer seu nome ou de onde veio; ela ganha a criança e, por vontade própria, não tem contato com ela. O Estado passa a tutelar essa criança, que é encaminhada para a adoção. Se há um monte de mulheres querendo abortar, há ainda mais casais querendo adotar, pois não conseguem ter filhos.

Aqui há uma burocratização muito grande em relação a adoção. Fazendo um parêntese, há pouco tempo foi criada uma comissão de desburocratização da adoção na Câmara Federal. Naquela ocasião, quatro, cinco anos atrás, faziam parte da comissão o Chalita, o Lindbergh e o Aécio, três expoentes, jovens promissores.

O que falta para nós são aqueles líderes famosos, referências na política, porque a maioria já morreu. Aquilo não foi para frente, mas deveria ter ido. É mais fácil o Governo, instituições e grupos se organizarem e trazerem esse debate para a televisão, apresentando a opinião de médicos famosos como garotos-propaganda de grandes emissoras em prol da liberação do aborto a se resolver um problema básico social, que é a dificuldade, o desespero de certas mulheres gestantes.

Isso é hipocrisia, é falsidade e não é essa a sociedade que nós queremos.

Nós, da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, divulgamos dois filmes dos Estados Unidos que mostra muito bem a indústria que está por trás da liberação do aborto. É só dinheiro; seguem a mesma lógica da indústria farmacêutica, que não oferece cura a muitas doenças cuja cura já existe, mesmo que a pessoa morra, mesmo que as famílias chorem eternamente a falta de um ente querido, mesmo que haja sofrimento e dor. O que importa é só o dinheiro.

Registro a presença do Sr. Euripedes Balsanufu Carvalho, representante do Secretário Municipal de Saúde, Sr. Alexandra Padilha. Obrigado por ter vindo.

Para encerrar a explanação sobre esse projeto de lei, vou fazer uma leitura.

- É lido o seguinte: (Ofício TJ nº 2603/15, de 07/12/15, de autoria de seu Presidente, José Ricardo Malini – designa Desembargador Ricardo Henry Marques Dip para apreciar o PL 875/13).

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Esse é um homem de ilibado caráter, sensibilidade e conhecimento social.

Esse projeto visa a minimizar essa questão e esvazia muito a torcida dos que querem a legalização indiscriminada do aborto contra os que defendem a vida. Em vez dessa divisão, promove uma união de amparo à maternidade e convoca o Estado a assumir sua responsabilidade, inclusive para que outros casais possam ser pais adotivos.

Era isso.

Tem a palavra a nobre Vereadora Patrícia Bezerra.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA - É extremamente pertinente falar desse tema. Eu ainda em considero uma pessoa extremamente progressista para falar de vários assuntos; mas, no que diz respeito ao aborto, eu ainda mantenho uma postura um pouco mais conservadora e explico por quê.

Em primeiro lugar, acho que ninguém é favorável ao aborto; ninguém, em sua consciência, é favorável ao aborto. O que acho que precisa ser discutido com mais profundidade e atenção é que as pessoas querem discutir uma política de redução de dano para as meninas que estão morrendo em números cada vez mais crescentes – até para não usar o adjetivo “assustadores” – praticando o aborto clandestino. E é claro que quem sofre praticando o aborto clandestino é sempre a menina pobre, porque a menina rica tem a superclínica, que também é clandestina, mas onde ela paga uma pequena fortuna e o nome dele é preservado. Nessas clínicas, tudo é feito de modo sigiloso, com profissionais de ponta, que nunca vão se assumir fazendo o que fazem, mas a menina tem uma segurança naquilo que diz respeito ao aborto, que é ilegal no nosso país.

No entanto, a gente não pode, em 2016, com toda a evolução da Medicina, dos medicamentos, dos anticoncepcionais, fazer apologia e assumir o aborto como uma prática contraceptiva. Porque, na verdade, o discurso que se faz é assumir o aborto como uma prática contraceptiva. “Eu engravidei, não queria ter engravidado e agora eu não quero esse bebê”. Eu

acho que a gente tem uma sociedade hoje cada vez mais consciente, e não acredito que exista hoje alguém que não saiba que praticar o sexo sem nenhum tipo de proteção – ainda mais duas pessoas saudáveis – pode gerar uma gestação.

Eu havia apresentado projeto de lei para um projeto piloto na Cracolândia - que retirei em virtude de a Prefeitura já estar realizando um projeto piloto -, que prevê, a quem aderir a uma política de prevenção de gestação, sendo a adolescente ou pessoa usuária de drogas, a colocação de um implante subcutâneo que fica por 3 anos e irá prevenir a gestação.

Então, se a gente se ocupar de fazer aquilo que tem de ser feito, de forma lenta, a gente vai conseguir controlar esse número de gestações indesejadas. Porque a gente está errando na prevenção da gestação. Não adianta a gente querer fazer com que o aborto seja um método a resolver uma gestação que não era bem vinda, porque já é comprovado que quando você permite, torna legal o aborto no país, a prática do aborto aumenta, e esse crescimento é vertiginoso.

Temos hoje à disposição da população, muito mais plausíveis e tangíveis, métodos contraceptivos que são eficazes e eficientes. Temos que capilarizar, disseminar essa informação, fazer um trabalho eficiente e propositivo no que diz respeito à prevenção da gestação indesejada, inclusive fazendo uso desses implantes, que são um pouco mais caros do que uma pílula anticoncepcional – é fato -, só que extremamente eficazes no que diz respeito ao controle. A pessoa não tem como esquecer. Mesmo que ela faça uso de algum entorpecente – álcool ou droga ministrada de outra forma -, você não tira a validade nem a potência desse hormônio subcutâneo e, com isso, previne a gestação na adolescência ou a gestação indesejada.

Hoje temos que discutir não o que está sendo pleiteado de forma comum, que acho que é um erro conceitual. A discussão não tem de ser se a pessoa é a favor do aborto ou contra ele; a discussão tem de ser mais ampla: o que podemos fazer para evitar a gravidez indesejada. Esta é a pergunta que tem de ser feita: o que a gente pode fazer, com política

pública preventiva, para diminuir o número crescente de mortes de gestantes meninas praticando aborto clandestino. É isso o que tem de ser discutido, não essa discussão que, do meu ponto de vista, é simplista e ainda fica estigmatizada como uma bandeira feminista: “Sou dona do meu corpo e faço com ele o que eu quiser”. Ser dona do corpo é prerrogativa para não ter responsabilidade com ele? Ser dona do corpo é prerrogativa para se fazer mau uso da administração do zelo com seu corpo? Então, se você é dona do seu corpo, você toma banho todo dia, você se alimenta todo dia. Por que ser dona do corpo tem que implicar a prática de uma violência contra ele, porque você foi irresponsável na forma como você conduziu a sua vida sexual?

Então, não podemos usar esse argumento. Que a pessoa tenha liberdade sexual, isso é ponto pacífico. Agora, não precisamos usar da liberdade sexual, que hoje é tão valorizada para muitas pessoas, para gerar uma criança de maneira irresponsável. Uma coisa não exclui a outra. O fato de você se julgar dona do seu corpo aumenta a sua responsabilidade sobre seu corpo e sobre a liberdade que você tem com seu corpo. Costumo dizer que, sendo é dono do corpo, ninguém mutila um dedo, ninguém faz isso com seu corpo. Então, por que fazer uso do aborto como método contraceptivo?

Por isso, Sr. Presidente, coaduno com o pensamento, mas acho que temos sido falhos inclusive em discutir isso pouco nesta Comissão - que também é Comissão da Mulher – no sentido de proteger a mulher e disseminar as coisas que já existem à disposição para que ela tenha garantia de ter uma relação sexual sem gerar um filho, porque ela estará protegida ou com implante hormonal ou outro método contraceptivo seguro porque o Poder Público está fazendo a sua tarefa de casa. Penso que temos que aperfeiçoar a prevenção e, de alguma forma, dirimir o controle sobre aquilo que já foi causado.

Vale a pena lembrar, Presidente, que para casos como estupro, anencefalia, malformação, já existe a garantia legal para o aborto, o aborto já é permitido. Por isso digo e reitero: aborto como forma contraceptiva é plenamente equivocado. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Alguém mais quer fazer uso da palavra? (Pausa)

Então, nesse substitutivo, a gente gostaria que adentrasse essa questão que foi deixada de fora, porque houve o ocorrido e houve a propagação como alguns países fazem nesse instante, em que a mulher quer esconder a gestação, está muito adiantada, para que ela não corra o risco de fazer o seu próprio parto em banheiros, geralmente de bares, e jogar o recém-nascido em lata de lixo.

Antigamente, em 1960, fui lembrado aqui, essas coisas são velhas, não é só na sociedade moderna, aquelas gestações indesejadas tinham... Vereadora Patrícia Bezerra, pode nos explicar.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA – Isso é histórico e tem muito, inclusive, a influência da Igreja Católica, porque nas Santas Casas havia isso. Então se você gerava um bebê e não tinha condição para cuidar, aliás, é alguma coisa também que tem de se fazer no âmbito público, porque às vezes falamos: somos contra o aborto, várias entidades militam contra o aborto, a menina tem o filho, só que quem vai cuidar daquele filho? Quem vai comprar fraldas, leite e cuidar daquele filho?

Então o Estado tem de também fazer e dispor de um cuidado para com essa criança. Mas na Santa Casa eles criaram como se fosse... Esses dias vendo uma geladeira lembrei-me disso, aquelas geladeiras que tem o lugar onde sai a água, é exatamente o mesmo mecanismo, girava e tinha um lugar sigiloso, uma roda, então colocava-se a criança ali, girava e a criança ia para dentro do Hospital. Ficava fora, num lugar externo da Santa Casa, como se fosse dentro da parede, um buraco que tinha uma portinha giratória onde se colocava o bebê, girava e a criança ia para dentro do Hospital.

Então aquela criança era recebida pela Santa Casa e encaminhada para adoção. Muitas delas eram criadas pelas irmãs dentro do próprio Hospital, quando não havia uma adesão para adoção. É uma coisa que temos de pensar e desburocratizar mesmo a adoção na cidade de São Paulo e no Brasil. Mas para isso é preciso uma lei federal.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Interessante, porque é um orfanato creche e depois os pais adotivos não querem já crescido. Eles querem recém-nato para criar mais laços de afinidade e aí fica assim, porque é uma burocratização terrível mesmo.

Agora, não queremos que seja nem essa roda viva e nem como lá no primeiro mundo. Queremos que se elabore um adendo, uma emenda nesse ou noutro substitutivo no sentido de que seria por vontade própria então da mãe o segredo de Justiça. Quer dizer, não como no primeiro mundo que a mãe vai embora e ninguém sabe aonde ou aqui na roda, misturou, não. Amanhã poderá ser consultada pela própria liberação da Justiça.

Então faria parte desse estatuto essa questão também de que depois que a gravidez aconteceu e a mãe se arrependeu. São esses três casos que a senhora falou, estupro, anencéfalo e também aquele entre a vida da mãe e da criança, que é uma questão médica, básica, porque a mãe já se conhece, está ali toda formada e a criança está chegando. Então se opta pela vida da mãe mesmo. Aí não precisa nem consultar. São questões de emergência e o médico está amparado por lei. Optei pela vida da mãe e pronto.

Assim é um conceito da sociedade. Foram conquistas da sociedade, não só por questões religiosas, mas por tudo que vi na minha vida em prontos-socorros, questão de humanidade, acho que é um retrocesso liberar o aborto indiscriminadamente. É um retrocesso dessas conquistas.

Esse projeto não combate os que são favoráveis ou os que são contra o aborto. Nem entra nesse mérito, mas entra no mérito que a senhora falou. Depois que ocorreu a gestação, então aí entram algumas regras, o próprio Estado para garantir aquela maternidade sem riscos. É uma coisa que acho que deve prosperar e vamos estudar dentro da Comissão se V.Exas. quiserem.

Podemos dar como encerrado esse assunto? (Pausa) Não havendo mais oradores inscritos declaro realizada a primeira audiência pública ao PL 875/2013.

Passemos ao segundo item da pauta. PL 345/2015, do Vereador Aníbal de Freitas,

dispõe sobre a criação do programa municipal de saúde veterinária itinerante e dá outras providências. Em discussão.

Tem a palavra o Vereador Aníbal de Freitas.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Sr. Presidente, está bem claro o item, porque hoje em dia todas as pessoas se preocupam muito com os animais. Eu mais do que nunca, de vez em quando acabamos adotando alguns animaizinhos e isso é muito importante para mim. Hoje precisamos de um pouco de carinho, afeto e não só dar aos nossos irmãos seres humanos, como também aos animais.

Preocupo-me muito com isso e acho muito interessante como temos um PSF para cuidar das pessoas também podemos ter alguma coisa para cuidar dos animais, porque às vezes os animais são muito mais amigos do que gente. É interessante isso, o ser humano é um pouquinho complicado, difícil de atender, mas vamos fazer a nossa parte. Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Quero falar uma coisa muito rapidamente. Pergunto a V.Exa.: se esse projeto vinga, é votado, sancionado e aplicado, então o Poder Público será obrigado a contratar mais veterinários, mais enfermeiras, é isso?

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Não. Há veterinários e enfermeiras. É só saber aproveitá-los.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – E andando pelas ruas vão requerer um amparo maior do Estado?

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Promover emprego. Aí vem a receita médica, vai vender mais remédios.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Não podemos onerar o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Não podemos, mas de certa forma isso redundaria. Projetos de cunho social e que fortalecem a participação do Estado são importantes em

momentos de crise, porque gira renda e aumenta empregos, diferente do Estado mínimo que querem fazer tirando tudo do Estado.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Aí é só saber utilizar as pessoas, a Prefeitura tem bastantes funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Parabéns a V.Exa. Vamos então dar por encerrada. Não havendo mais oradores inscritos está realizada a segunda audiência pública ao PL 345/2015.

Próximo item, PL 640/2015, do Vereador Antonio Donato, institui obrigatoriedade de fixação de caixas coletoras nas farmácias, drogarias para os consumidores retornarem resíduos sólidos provenientes de saúde como embalagens primárias, instrumentos perfuro cortantes, agulhas, seringas e ampolas de vidro, eventuais sobras de medicamentos e medicamentos vencidos. Em discussão.

Tem a palavra o Vereador Joselito.

O SR. JOSELITO – Só para confirmar, a farmácia será responsável de colocar no estabelecimento. Confirma?

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Confirma.

O SR. JOSELITO – Só para tirar essa dúvida. Realmente é necessário. Tem o apoio deste Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Como coletores para pilhas nas padarias. Resto de remédio pode fazer mal para a natureza, contaminação ou para crianças e pessoas. E a farmácia é o local, muito inteligente e meritório. Deverá prosperar.

Não havendo mais oradores inscritos declaro realizada a segunda audiência pública ao projeto 640/2015.

Próximo item, PL 661/2015, do Vereador Andrea Matarazzo, dispõe sobre o programa municipal de atenção básica à criança - ABC e dá outras providências. Projeto de extrema importância que dá atenção básica à criança. É a base da sociedade e tem o apoio

desta Comissão. Deverá prosperar.

Não havendo oradores inscritos declaro realizada a audiência pública ao PL 661/2015.

Próximo item, PL 37/2016, do Vereador Dalton Silvano, dispõe sobre o programa agente de saúde voluntário de combate a dengue e outras doenças transmitidas pelo mosquito aedes aegypti, como dengue, chikungunya, zika e outras e dá outras providências.

Tem a palavra a Sra. Edna dos Santos Freitas, do Movimento Voto Consciente.

A SRA. EDNA DOS SANTOS FREITAS – Boa tarde. Faço trabalho voluntário no Movimento Voto Consciente há 10 anos. Há nove anos frequento a Comissão de Saúde religiosamente toda quarta-feira. Se não estou é porque estou com algum problema de saúde ou viajei. Fora disso frequento.

Embora não seja em relação a dengue, assunto do projeto, gostaria de dizer que estou muito preocupada, porque nesses nove anos acompanhando a Comissão de Saúde, em nenhum momento, houve o que houve na quarta-feira passada, naquela audiência pública que uniu a Comissão de Saúde com a Comissão de Educação para discutir sobre o SUS.

Na realidade não foi uma discussão do Sistema Único de Saúde, que eu sempre tenho participado. O que vimos, aqui, na Câmara, e esta é a minha preocupação, foi a divulgação ou o comício de um partido. A Câmara Municipal é a casa do povo e isso – comício partidário - não compete e nem deve ser realizado, porque durante nove anos assisti a “n” audiências públicas, assisti a “n” reuniões e sempre a postura da Comissão de Saúde tem sido técnica para discutir o projeto, no sentido de saber se esse projeto beneficiará ou não a população.

Antes da reunião fui ver com cada um se alguém era da população e representando uma instituição. Com todos que conversei, todos estão aqui representando ou são assessores de Vereadores. Não tenho nada contra. A única coisa é que eu digo: aqui cabem 350 pessoas e cadê a população interessada na Saúde? Cheguei um pouquinho mais tarde e isso aqui estava repleto, com cartazes. E, aí eu saí. Será que para o Voto Consciente é importante

continuar na Câmara Municipal para assistir partido político? Não. A Câmara não é e nunca deve ser propaganda de um partido político. Ela é a casa do povo.

Então, quero registrar a minha indignação com a audiência pública de quarta-feira, porque isso não representa a população. Representa muito mais uma convocação de pessoas político-partidárias, não de interesse da população.

Meu nome é Edna dos Santos Freitas. Respondo pelo Movimento Voto Consciente há nove anos, nesta Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Não havendo mais oradores inscritos, está realizada a audiência pública ao PL 37/16, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano.

Em cima do que a Sra. Edna disse, devo dizer que esta Comissão fez a parte dela. Foi aprovado, por maioria, um requerimento com a Comissão de Educação, para que se publicassem os dias de reunião das audiências públicas. Essas publicações são feitas em jornais de grande circulação, como *O Estado de S.Paulo* e a *Folha de S.Paulo*. Além disso, também se divulga no *site* da Câmara e no *Diário Oficial da Cidade*. A nossa Comissão foi diligente. Foram convidados os Srs. Secretários do Governo Estadual, os representantes do Ministério Público e os Srs. Secretários Municipais da Saúde e Educação.

Estávamos querendo discutir sobre o SUS e a limitação na arrecadação do Governo Federal. O Governador está dizendo agora: “Estou sem dinheiro, porque o Governo Federal não está repassando”. Por sua vez, o Governo Municipal está dizendo: “Estou sem dinheiro, porque o Governo Estadual não está repassando e o Governo Federal também não”. Quem está pagando a conta somos nós. Então, queríamos sair em defesa ao SUS.

No Plenário, falei com todos os Srs. Vereadores que participaram da coleta de assinaturas na Sé, para se deixar uma porcentagem fixa para a Saúde. Sabemos que o Brasil está passando por dificuldades política e financeira. O mundo está passando por dificuldades e reflete aqui. Mas não queríamos que tirassem os recursos já alocados. Queremos manter esses recursos para a Saúde e Educação. Que tirem de outras: Caça e Pesca, por exemplo. Se eu tiver saúde, eu vou pescar o meu peixe ou vou trabalhar, vou comer outro tipo de alimento, vou subir em uma árvore para apanhar uma fruta. Então, queríamos chamar a atenção para isso.

Se vieram os assessores dos Vereadores, os de Centro e Centro-Esquerda, é porque foram os que mais se interessaram em vir. Mas queríamos ver o contraditório.

Ficamos de tirar uma moção desta Comissão. Mas da audiência pública tiramos que cada Presidente de Comissão tiraria uma moção em nome das Comissões – portanto, tem de ser votado pela maioria presente – a fim de enviarmos para a Câmara Federal solicitando para que não mexam no orçamento da Saúde e da Educação. E queremos incluir, agora, a Previdência Social também, porque é outra garantia de nosso povo, porque o mais pobre sempre paga a conta. Então, era esse o nosso intuito.

Mas, realmente, se vieram mais Vereadores e mais militância dos partidos hoje... Parece que o País está cindido: os que estão no poder e os que estão fora dele.

Antes eu era PMDB e hoje sou PDT. Estou com o Gabriel Chalita no PDT. Então, o que acontece? Se o meu partido estava representado aqui, é o partido que está fora do Governo nacionalmente, então dá a impressão de que foi um ato político contra o Temer. Mas não é o nosso intuito. O nosso intuito é manter essa lisura que a senhora falou: uma questão mais técnica, mais abrangente da sociedade, sem a questão política-partidária. A senhora tem toda a razão.

Sugiro ao Presidente que, dentro de nossas redes sociais da Casa, divulguemos mais as nossas audiências públicas.

Alguém mais quer se pronunciar? (Pausa)

Obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.